

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2023

Processo Administrativo n. 32/2023
Dispensa de Licitação n. 17/2023

Pelo Presente instrumento de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Celso Tozzo, n. 27, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.198/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Clodoaldo Briancini, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por sua gestora Sra. Sidônia Salete Cecon Merísio doravante denominados simplesmente de CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa **CIEE-SC - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0019-00, estabelecida à Rua Antonio Dib Mussi, Bairro Centro, Florianópolis/SC, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Firmino Vaz, inscrito no CPF/MF sob nº ***.286.979-** e portador da cédula de identidade nº *.68.57*-, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei n. 8.666, de 1993, demais legislações pertinentes, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO, ESPECIALIZADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTES PARA ATUAREM COMO ESTAGIÁRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, CONFORME DETERMINA A LEI 11.788 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008**, de acordo com o Termo de Referência e demais documentos do Processo Licitatório 31/2023.

1.2. Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante sua vigência decorrentes das alterações permitidas em lei.

1.3. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

2.1. O presente contrato terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura, sendo prorrogável no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, podendo, porém, a qualquer tempo, ser denunciado por qualquer uma das partes, mediante comunicado por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.2. A empresa terá o prazo de até 05 dias corridos para lançar o processo seletivo, após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O Município pagará pelo objeto contratado, um valor global anual estimado de R\$ 273.536,46 (Duzentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos) valor este referente a remuneração mensal por estagiário multiplicado por 12 (doze) meses (trabalho + 30 dias férias) + 12 meses de contratação do CIEE x quantidade estimada de estagiários.

ITE M	BOLSA/ESTAGIO	QUANT. *	VALOR UNIT. (x 13 meses) R\$	TAXA OP. (x 12 meses) R\$	VALOR ANUAL R\$
1	Ensino Médio 20h	-	549,09	46,00 uni	-
2	Curso Técnico 20h	6	549,09	46,00 uni	46.141,02
3	Ensino Superior 20h	24	686,37	46,00 uni	227.395,44
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO: R\$ 273.536,46					

A Prefeitura concederá ao CIEE/SC uma contribuição institucional no valor de R\$ 46,00 (Quarenta e seis Reais) por estudante/mês que estiver realizando estágio em suas dependências, ao abrigo deste convênio, para ressarcimento das despesas com a implementação e operacionalização do estágio.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. Não haverá reajuste e atualização dos valores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO, DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1. O objeto do presente contrato será realizado sob Forma/Regime: Direta.

5.2. As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo das dotações: (Projeto Atividade 2.009, 2.019, 2.093, 2.013, 2.089, 2.094 – Elemento 3.3.90 - Despesa 64, 4, 12, 37, 29, 32), complemento do elemento 3607 prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 dias da entrega, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pela Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido;
- b) Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Somente permitir que o estudante inicie o estágio quando o termo de compromisso e plano de atividades do estágio estiver devidamente assinado por todas as partes envolvidas;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá a CONTRATADA:

1. Executar a entrega de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
2. Executar a entrega dos materiais descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
4. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
5. Manter equipe de profissionais, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
6. Disponibilizar os produtos em perfeito estado.
7. Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93;
9. Efetuar o pagamento da Bolsa-Auxílio mensal ao estagiário(a) no máximo até 5 (cinco) dias após a confirmação da transferência dos respectivos valores pela Unidade Concedente do Estágio;
10. O estágio observará o limite de um 1 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período, se assim convier ao CONTRATANTE e ao estagiário e desde que mantida a condição de estudante, não podendo estender-se por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, conforme estabelece a Lei nº 11.788/2008.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como

emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

9.2. A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1 - efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital de cada projeto que irá requerer licença ambiental.

10.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, fatos, circunstâncias e os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto ou possam prejudicar a qualidade do serviço, com a devida comprovação;

10.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.7 - O Agente de Integração desempenhará papel intermediário entre o aluno estagiário, a instituição de ensino, e o Município de Cordilheira Alta, garantindo o acompanhamento administrativos dos contratos de estágio;

10.8 - A contratada assumirá as atividades do processo seletivo, operacionalizando ações de recrutamento e seleção de estagiários, nos termos deste Termo de Referência;

10.9 - O Agente de Integração divulgará as vagas de estágio oferecidas, inclusive através de meios de comunicação e de redes sociais;

10.10 - A contratada manterá aberta constantemente a possibilidade de cadastramento de candidatos a estágio, objetivando oferecer maiores opções de preenchimento das vagas de estágio quando disponibilizadas;

10.11 - A contratada providenciará a documentação legal referente ao estágio, incluindo Acordo de Cooperação com a Instituição de Ensino, e o Termo de Compromisso de Estágio – Município de Cordilheira Alta, entre a unidade concedente e o estudante, com interveniência e assinatura da Instituição de Ensino;

10.12 - Recebimento e análise dos Relatórios de Estágio preenchidos pelos estagiários e posterior encaminhamento para as respectivas instituições de ensino;

10.13 - Oferta de cursos e/ou treinamentos sem custos aos estagiários, com enfoque no desempenho do estagiário no ambiente corporativo, como exemplo, ferramentas informatizadas, editoração de texto, planilhas, convivência no ambiente profissional, entre outros;

10.14 - Acompanhamento da vigência do contrato entre ambas as partes e a necessidade da prestação do serviço, avaliando e propondo às empresas a possibilidade de prorrogação dos estágios;

10.15 - Acompanhamento in loco por meio de reuniões com os estagiários sempre que necessário, mediante agendamento prévio com a Unidade de Gestão de Pessoas da contratante;

10.16 - Fornecer a quem possa interessar, um plano de acompanhamento de estágio;

10.17 - Disponibilizar aos estagiários contratados de reembolso das despesas médicas decorrentes de acidentes pessoais em até R\$ 1.000,00 (um mil) reais mediante comprovação através de notas e/ou recibos originais apresentados em no mínimo 30 (trinta) dias;

10.18 - Manter convênio com as instituições de ensino superior, públicas ou privadas, conforme condições exigidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e em funcionamento;

10.19 - Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa execução dos serviços;

10.20 - Informar à CONTRATANTE imediatamente qualquer alteração na situação acadêmica do estudante, que tenha impacto na realização do estágio;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SECRETARIA COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. É competente para o pleno e total recebimento do objeto deste contrato, bem como a fiscalização do seu cumprimento, a Secretaria Solicitante.

12.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Rudimar Marafon, matrícula nº 13730/01, Alexandre Bergamin, matrícula nº 13729/01, Ana Eliza Tauchert, matrícula nº 13454/07 Sidônia S. C. Merísio, matrícula nº 13383/03, que atuarão como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pelo descumprimento do ajuste a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, conforme o caso:

a) Multa de 10% (dez por cento) pela recusa em retirar Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;

- b) Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do contrato a qual incidirá sobre o valor da nota de empenho;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total do contrato, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) por problemas técnicos relacionados com o objeto da presente locação, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;
- e) Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão do contrato decorrente de inadimplência da CONTRATADA, a qual incidirá sobre o valor do saldo do contrato na ocasião;
- f) Todas as demais sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93.

12.2. As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe o § 2º, do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

12.3. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério do CONTRATANTE e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a CONTRATADA tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor correspondente às multas será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

13.2. O contrato, também, poderá ser rescindido pela simples manifestação de vontade das partes, desde que haja comunicação escrita, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

13.3. Em ambos os casos, a Contratada fará jus a remuneração pelos serviços realizados e não pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC., renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal.

Cordilheira Alta/SC, 20 de março de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

SIDONIA SALETE CECOM MERISIO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**CIEE-SC - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**
Contratada

Testemunhas:

Angelita Gabriel
CPF: ***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**

Fiscais de Contrato:

Rudimar Marafon, matrícula nº 13730/01

Alexandre Bergamin, matrícula nº 13729/01

Ana Eliza Tauchert, matrícula nº 13454/07

Sidônia S. C. Merísio, matrícula nº 13383/03